



**Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Carta às Centrais Sindicais**

Greve Geral já para Barrar a Reforma da Previdência!

No Brasil, o ano de 2017 foi marcado por uma série de ataques a direitos sociais e trabalhistas, os quais desencadearam grandes enfrentamentos por parte da classe trabalhadora.

Mesmo com a aprovação popular próxima de zero e envolvido em vários escândalos de corrupção, o governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB) e sua quadrilha de aliados no Congresso Nacional conseguiram aprovar a Reforma Trabalhista.

No entanto, apesar de toda campanha mentirosa na imprensa e da compra de votos de parlamentares, o governo não conseguiu aprovar, em 2017, a Contrarreforma da Previdência, o que representa uma vitória parcial das lutas realizadas pelos trabalhadores. Tal medida continua sendo o seu principal objetivo nesse início de 2018.

Nessa direção, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), já anunciou o próximo dia 19 de fevereiro como a data de votação da matéria em primeiro turno.

Para garantir os 308 votos necessários para aprovação da proposta da Contrarreforma Previdenciária, o presidente ilegítimo tem investido ainda mais recursos públicos na já escancarada e habitual tática de compra de votos. Michel Temer já conta com o apoio da grande imprensa, que propaga, diuturnamente, a falsa narrativa, segundo a qual a não realização da referida contrarreforma terá efeitos catastróficos sobre a economia. Além de se basear em dados forjados, essa narrativa esconde o fato de que os ataques contra o povo objetivam salvaguardar interesses dos grandes bancos, que além de serem os maiores devedores da Seguridade Social, abocanham praticamente metade do orçamento da União com o religioso pagamento dos juros, amortizações e rolagem da dívida pública.

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

O denominado mercado, personificado nos grandes investidores em bolsas de valores e nas corporações nacionais e transnacionais, também exerce forte chantagem para garantir a aprovação de mais essa contrarreforma, como se fez no recente rebaixamento da nota de crédito do Brasil pela agência Standard & Poors (acusada de fraude pela avaliação dos créditos imobiliários americanos em 2007/8).

Nesse contexto, é urgente retornar às ruas e construir um calendário unitário de mobilização de todas as centrais e movimentos sociais, por meio de comitês de base estaduais, para impedir a aprovação da Contrarreforma da Previdência. Uma nova greve geral é a única ferramenta capaz de responder a essa necessidade. E há condições objetivas para tal construção.

No primeiro semestre de 2017, a classe trabalhadora demonstrou grande potencial de luta e resistência ao realizar a maior greve geral da nossa história, no dia 28 de abril, e a maior ocupação de Brasília, em 24 de maio. Naquelas circunstâncias, se não tivesse havido um recuo das cúpulas de grandes centrais, com o desmonte das greves gerais de junho e dezembro e a priorização de outras pautas, e fosse dado seguimento a esse processo crescente de mobilização, poderíamos ter evitado a aprovação da Reforma Trabalhista e enterrado de vez a famigerada Reforma da Previdência.

A classe trabalhadora e todos os movimentos sociais organizados não podem, em hipótese alguma, abrir mão da principal arma de que dispõem para enfrentar os ataques: nossa unidade, ação direta e mobilizações.

Nessa direção, o(a)s delegado(a)s e observadore(a)s presentes no 37º Congresso do Andes-SN dirigem-se às centrais sindicais para que convoquem a nova greve geral para o dia 19 de fevereiro, a fim de derrotar definitivamente a tentativa de desmonte da Previdência.

FORA TEMER! NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

Salvador, 27 de janeiro de 2018